

**MASSIFICAÇÃO, TOTALITARISMO E MUNDO COMUM EM HANNAH
ARENDT**

*Antonio Glauton Varela Rocha*¹

Resumo: O fenômeno do totalitarismo é um dos principais temas trabalhados por Hannah Arendt; é o tema base que impulsiona suas críticas e propostas no âmbito da filosofia política na contemporaneidade. Neste artigo nos propomos a explicitar a abordagem de Arendt sobre a relação entre o totalitarismo e o conceito de massificação, e como esta relação abre o caminho para a sustentação de um regime de poder total que tem como consequência última a descartabilidade do ser humano. Veremos como a ideia de *mundo comum* é fundamental para a proposta política de Arendt, exatamente porque é um conceito chave para repensar as bases de legitimidade do poder. Sobre as novas bases propostas por Arendt o totalitarismo perde qualquer legitimidade e a massificação é compreendida como um instrumento de desumanização.

Palavras-chaves: totalitarismo, massificação, mundo comum, liberdade, política.

Abstract: The Totalitarian phenomenon is one Hannah Arendt's main subjects; it is the grounding theme that drives her critics and proposals inside contemporary's Political Philosophy. We propose in this paper to explicir Arendt's approach on the relation between Totalitarianism and the concept of massification, and how this relation opens the way to the supporting of a regime of total power which has as an ultimate consequence the disposability of the human bein. We shall see how the idea of *common world* is fundamental to the political proposition of Arendt, exactly because it is a key concept to rethink the basis of power legitimacy. On Arendt's proposed new foundations the Totalitarianism loses any legitimacy and its massification is understood as a dehumanization tool.

Keywords: totalitarianism, massification, common world, freedom, politics.

¹ Doutorando em Filosofia na Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor e coordenador do Curso de Bacharelado em Filosofia da Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS. E-mail: glautonvarela@fcrs.edu.br

Introdução

Neste estudo buscaremos apresentar, a partir do pensamento de Hannah Arendt, a relação entre a categoria de *massa* e o *totalitarismo*, e apontar como a ideia de *mundo comum* pode ser compreendida como uma forma de resistência às pretensões totalitárias. As massas são ao mesmo tempo pressupostas pelo totalitarismo e produzidas ideologicamente pelo mesmo. Veremos como as suas características a colocam como uma categoria social especialmente propícia ao surgimento e sustentação dos governos totalitários. Neste contexto trataremos do tema da liberdade como um fator decisivo para que se possa desafiar a lógica da massificação e do totalitarismo. Buscaremos mostrar em seguida as peculiaridades da compreensão arendtiana sobre a liberdade, destacando a relação com a política e a atividade da ação. Neste contexto a categoria de mundo comum será trabalhada como o espaço propício para a liberdade e a ação, e ao mesmo tempo como uma forma de resistência às possíveis investidas totalitárias. Apontaremos como a referida categoria pode representar a base para uma nova compreensão sobre o poder e a legitimação dos corpos políticos, e como se configura como um espaço para que os homens possam aparecer, diferenciar-se, no exercício da atividade que mais o especifica enquanto homem, a ação.

Massificação e Totalitarismo

O contexto histórico do processo de massificação a que Arendt se refere é o período posterior a primeira grande Guerra Mundial, quando a decadência de grande parte da Europa corroe o tecido social e gerou novas categorias, entre elas as massas. Dentre as características do homem de massa está a busca de sucesso e da fama, atribuição de grande valor ao gênio, ao grandioso, a neutralidade e a indiferença política (Cf. ARENDT, 2012, p. 439). Uma característica se destaca, “a principal característica do homem de massa é o seu isolamento e sua falta de relações sociais normais” (ARENDT, 2012, p. 446). Não estamos falando então de um grupo organizado, de um espaço em que interesses comuns são compartilhados, na realidade não existe neste contexto a referência ao comum, as pessoas que estão em tal situação “... não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis” (ARENDT, 2012, p. 438)

A reflexão de Hannah Arendt a respeito das massas está situada em especial no âmbito de sua crítica ao totalitarismo. Arendt afirmava que o movimento totalitário baseava seu poder no apoio das sociedades massificadas (Cf. AGUIAR, 2008, p. 77). Para efetivar o objetivo do domínio total, o totalitarismo eliminava a política enquanto minava o relacionamento das pessoas e as impedia de perceber que podiam ser co-criadoras de um destino comum (Cf. AGUIAR, 2003, p. 254). Segundo as características que apontamos a pouco, as massas são incapazes desta percepção sobre a possibilidade de co-criação de um destino comum, pois o comum não está na ordem de suas prioridades e o isolamento é uma de suas principais marcas. Diante disto, é razoável afirmar que a perspectiva de uma sociedade massificada é seguramente muito propícia para a efetivação dos objetivos do totalitarismo.

Para o terror totalitarista é fundamental acabar com qualquer espontaneidade, com qualquer liberdade e autonomia das pessoas². É preciso acabar com qualquer resquício de atividades que efetivem as pessoas em sua especificidade humana, pois deste modo o caminho para reduzir as pessoas ao supérfluo estaria aberto.

O terror precisa do fim da espontaneidade para se estabelecer. Se as leis funcionam como barreiras estáticas que permitem que os homens se movam livremente dentro delas, o totalitarismo busca imobilizar o homem e torná-lo estático, deste modo a espontaneidade dá lugar ao previsível, para enfim abrir caminho para o terror (Cf. ARENDT, 2008, p. 361). Num cenário oposto ao de uma efetiva vivência política, “o terror congela os homens para limpar o caminho do movimento da natureza ou da história. Elimina os indivíduos para o bem da espécie; sacrifica os homens para o bem da humanidade” (ARENDT, 2008, p. 361). A pluralidade pulsante das diferenças dá lugar ao desbotamento das particularidades, apagam-se então os contornos que distinguiam cada um, e no fim o que resta é apenas o “um”, que engloba a todos. Ao fim uma massa homogenia, sem poder de resistência, esperando a fôrma que a irá moldar.

“O terror, de início, demole essas fronteiras da lei feita pelo homem (...). O terror substitui as fronteiras e canais de comunicação entre os indivíduos por um anel de ferro que prende todos juntos com tanta força que parece fundi-los entre si, como se fossem um único homem” (ARENDT, 2008, p. 361-362).

Chegando a este ponto, é preciso olhar com atenção para a ênfase que Arendt destina à ideia do *comum* e a crítica à postura do *isolamento*. O homem massificado é exatamente

² “O totalitarismo que se preza deve chegar ao ponto em que tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade que seja...” (ARENDT, 2012, p. 452).

aquele que se caracteriza especialmente pelo isolamento e pela dificuldade em estabelecer relações sociais, é indiferente ao mundo comum. Poderíamos dizer que esta ênfase se deve ao fato de que isolados os homens possuem menos força para resistir a quem os quer dominar. Seria correto assim afirmar, mas ainda podemos aprofundar mais a questão. Que tipo de resistência é esta que se põe enfraquecida quando o homem se põe em isolamento? Como esta resistência nos protege das investidas do totalitarismo? Uma melhor compreensão destas questões passa pela compreensão do que Arendt pensa sobre o tema da liberdade, e sobre qual ambiente é favorável para que ela se desenvolva.

A liberdade e a política

Para entendermos melhor o modo como Arendt trata o tema da liberdade, de início é fundamental apontar a relação que a autora faz entre a liberdade e a política. Para Arendt, elas são cooriginárias³ (Cf. AGUIAR, 2011a, p. 140). Arendt defende que a liberdade possui um lugar, sua origem não é o interior do homem, mas um espaço, o *entre*. O interessante é que este *entre* é também o lugar de origem da política, o que só reforça a tese da cooriginalidade da liberdade e da política. Vejamos o que Arendt diz a este respeito:

“A liberdade (...) é um atributo do modo como os seres humanos se organizam e nada mais. Seu lugar de origem não é o interior do homem (...), mas **o espaço entre** os seres humanos, que só pode surgir quando diferentes indivíduos se juntam e só pode continuar existindo quando eles permanecerem juntos. **A liberdade tem um espaço**, e quem nele for admitido é livre; quem dele for excluído não é livre. O direito de admissão, conseqüentemente a própria liberdade era uma possessão que determinava a vida do homem não menos que a riqueza ou a saúde” (ARENDR, 2013, p. 231).

“... a suposição de que há no homem algo de político que pertence à sua essência. Isso simplesmente não acontece. O homem é apolítico. A política **surge entre** os homens; portanto absolutamente fora do homem. Não existe, por conseguinte, nenhuma substância política” (ARENDR, 2013, p. 146).

A ideia que Arendt quer destacar quando neste contexto usa a palavra política, é a vivência da **coexistência e associação de homens diferentes** (Cf. ARENDR, 2013, p. 145). Nesta coexistência e associação os homens aparecem, expressam as suas visões de mundo, as

³ Para mais detalhes sobre a cooriginalidade entre liberdade e política ver: ARAUJO SILVA, Ricardo George. A dimensão cooriginária entre política e liberdade em Hannah Arendt. In: *Argumentos*. Fortaleza: n. 4, pp. 97-105, 2010.

suas perspectivas e opiniões, e desta forma deixam o reino do anonimato e da indiferença. Neste momento visualizamos não apenas as diversas perspectivas a respeito do mundo, mas a própria política existindo. A liberdade reside exatamente na possibilidade que nos é oferecida de nos posicionar e aparecermos como somente nós somos – possibilidade que só é viável através de um “entre”⁴ – antes disto ainda estamos mergulhados no anonimato, e nada mais somos que membros de uma espécie. É neste sentido que Arendt afirma que “a liberdade só existe no singular **espaço** da política” (ARENDR, 2013, p. 147).

Neste exercício de compreensão da relação entre liberdade e política, já vimos que elas são cooriginárias, que ambas precisam de um espaço, precisam de um *entre*. Esta afirmação talvez fique mais clara quando associamos a liberdade e a política a outro conceito muito caro a Arendt, a *ação*. A ação, ao lado do trabalho e da obra, é uma das atividades da vida ativa do ser humano (Cf. ARENDR, 2014, p. 8). É a única que só pode se manifestar quando o homem está *entre* outros (Cf. ARENDR, 2014, p. 8). É na ação que os homens aparecem através da palavra e do discurso, e através da fala compartilhada e presenciada por outros, revelando a especificidade daquele que age. Este cenário que descrevemos não é simplesmente o de uma reunião de pessoas que se põem a falar, como que a jogar palavras ao vento, mas o de um estar juntos a partir de interesses em comum, num aparecer e testemunho recíproco do aparecer do outro. Não se trata evidentemente de aceitação automática do que se expressa no aparecer do outro, pois como veremos a frente, as perspectivas sobre o mundo são tantas quantas são as pessoas que estão presentes, pois cada pessoa vê o mundo a partir de uma posição diferente (Cf. ARENDR, 2013, p.), e neste cenário a divergência de opiniões é o mais provável. Mais do que aceitação ou concordância, o que importa quando falamos de testemunho recíproco do aparecer do outro é que exista algum espaço onde seja possível que as várias percepções do mundo possam ser compartilhadas e testemunhadas, num processo que gera uma teia de relações humana (SILVA, 2006, p. 6) onde aquele que dela participa sai do anonimato e efetiva a sua própria identidade, este lugar é o *mundo comum*.

... onde quer que os homens se juntem – em particular ou socialmente, em público ou politicamente – gera-se um espaço que simultaneamente os reúne e os separa. Este espaço tem uma estrutura própria que muda com o tempo e se revela em contextos privados como costume, em contextos sociais como convenção e em contextos públicos como leis, constituições, estatutos e

⁴ El mayor error de los pensadores: pensar que sólo cuando pienso soy verdaderamente yo mismo. Precisamente cuando estoy solo, nunca soy un “sí mismo”, nunca soy idéntico conmigo. Mi identidad está ligada a mi aparición y, con ello, a los otros a los que aparezco. Recibo precisamente de los otros mi “mismidad” como identidad (ARENDR, 2006, p. 712-713).

coisas afins. Onde quer que as pessoas se reúnam, o mundo se introduz entre elas e é neste espaço intersticial que todos os assuntos humanos são conduzidos (ARENDDT, 2013, p. 159).

O mundo comum⁵ é aquele ambiente onde podemos dizer o que pensamos, onde nos posicionamos, onde nos diferenciamos. Este mundo nasce mediado pela ação, sustenta-se enquanto permanece um contínuo espaço do aparecimento humano, e se renova através da liberdade humana, que enquanto espontaneidade é sempre aberta para um novo começo. Seguramente o mundo comum é alimentado pela ação, mas sem este “espaço entre” a ação – como a atividade que constitui a matéria da política (JARDIM, 2011, p. 79) – não encontra lugar para se efetivar. Ameaçar a existência de espaços onde as pessoas possam conviver e livremente se posicionar é ameaçar a possibilidade da existência de uma teia de relações que as una, é ameaçar a própria efetivação da ação.

Ao contrário da fabricação, a ação jamais é possível no isolamento. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir. A ação e o discurso necessitam tanto da presença de circunvizinha de outros quanto a fabricação necessita da presença de circunvizinha da natureza, da qual obtém seu material, e de um mundo onde colocar o produto acabado. (...) A ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens e estão em permanente contato com ela (ARENDDT, 2014, p. 235).

O mundo comum como forma de resistência às investidas do totalitarismo

Antes de dar prosseguimento ao texto é fundamental que retomemos algumas informações que já expomos de modo a tornar mais claro o próximo argumento que apresentarei. Já falamos que *a principal característica do homem de massa é o isolamento*, citamos também a pouco que *a ação jamais é possível no isolamento*⁶. Estas afirmações já nos oferecem muitos elementos para o prosseguimento da nossa reflexão, mas queria confrontá-las ainda com outras duas ideias de Arendt a respeito destas questões: a ideia de que *“a ação é a atividade mais especificamente humana...”* (ALMEIDA, 2008, p. 468-469), e a ideia de que

⁵ Também chamado por Arendt de mundo humano comum. Não se trata unicamente do mundo físico que compartilhamos com quaisquer outros seres, mas o mundo humano, que compartilhamos apenas como outros humanos, onde manifestamos o que é propriamente humano.

⁶ Ainda sobre a impossibilidade da ação no isolamento: “Não existe ação para quem está no isolamento ou na solidão. Ação é agir em conjunto” (AGUIAR, 2011a, p. 141).

“...em isolamento, indivíduo algum jamais é livre⁷; ele só pode se tornar livre quando adentra a polis e lá entra em ação” (ARENDT, 2013, p. 231). Uma primeira conclusão que tiramos deste confronto de informações, é que o homem de massa tem como principal característica algo que inviabiliza o exercício do que o especifica como humano, a ação; e ainda, que por esta mesma característica o homem de massa também não vivencia a liberdade (como compreendida por Arendt). Não é difícil agora entender porque o regime totalitário, um regime que busca o pleno domínio das pessoas, encontra nas massas o terreno ideal para o seu desenvolvimento.

Já se observou muitas vezes que o terror só pode reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra os outros e que, portanto, uma das preocupações fundamentais de todo governo tirânico é provocar esse isolamento. O isolamento pode ser o começo do terror; certamente é o seu solo mais fértil e sempre decorre dele. Esse isolamento é, por assim dizer, pré-totalitário; sua característica é a impotência, na medida em que a força sempre surge quando os homens trabalham em conjunto, “agindo em concerto” (Burke); os homens isolados são impotentes por definição (ARENDT, 2012, p. 632).

Na parte inicial do texto questionamos o porquê da atenção especial que Arendt destina ideia do *comum* e a crítica à postura do *isolamento* (ver p. 03). A citação de Arendt feita a pouco confirma a resposta prévia de que isolados os homens são menos fortes diante de quem os quer dominar. O isolamento prepara o terreno para o totalitarismo porque coloca os homens em condição da impossibilidade da ação, e porque sem o agir em concerto os homens são menos resistentes à dominação. Deste modo, o terror buscará sufocar qualquer possibilidade de efetivação do mundo comum, atacará “...o espaço da ação livre, que é a concretização da liberdade” (ARENDT, 2008, p. 362). Diante disto podemos dizer que a resistência às pretensões totalitárias está diretamente ligada à preservação do mundo comum e ao estímulo da criação de espaços de efetivação da ação e da liberdade. Este estímulo era uma constante no âmbito da política pensada pelos gregos, e era visto como a única forma de garantir que os homens pudessem viver para além de uma vida puramente biológica, mas segundo aquilo que é propriamente humano.

A experiência da *polis* revelou que, sem um âmbito público politicamente organizado, falta à liberdade e à grandeza dos mortais um espaço concreto de

⁷ Ainda sobre a impossibilidade da liberdade no isolamento: “... la libertad sólo puede darse em La pluralidad, en el espacio que surge entre hombres, en cuanto estos conviven y actúan entre ellos” (ARENDT, 2006, p. 2014).

aparecimento. O esforço da *polis* seria tornar duradoura essa esfera da ação e da fala, tendo em vista impedir que ela desaparecesse com o isolamento ou com a dispersão dos homens no regresso para a vida privada. A *polis* pretende, portanto, reivindicar aos homens a coragem de cuidar da liberdade do mundo (NETO, 2008, p. 252)

Este processo de defesa do mundo comum e ao mesmo tempo de resistência às investidas do totalitarismo passa por pensar a política como fundadora do mundo comum (Cf. AGUIAR, 2011a, p. 141), o que implica repensar a própria compreensão do poder e sua legitimação a partir de novas bases. Para Arendt a política é a *instância fundadora* do mundo comum e quanto mais a ação política perdura, mais resistente este mundo se torna aos perigos do poder total (AGUIAR, 2011b, p. 120). Aqui podemos perceber que Arendt coloca a legitimidade dos corpos políticos em outro foco. A legitimidade dos corpos políticos não repousa nem em um princípio absoluto (AGUIAR, 2003, p. 254), nem na eficácia dos aparelhos estatais, mas na qualidade da organização da vida comum, “a medida desta qualidade era a preservação da capacidade de iniciativa, de expressão e de aparição dos membros da comunidade” (AGUIAR, 2011b, p. 121). Em outras palavras, a legitimidade dos corpos políticos se sustenta na capacidade de se organizar a vida em sociedade a partir da criação e manutenção do mundo comum. O sentido da política passa a ser a *liberdade*, liberdade entendida como efetiva espontaneidade para a comunicação, o posicionamento, e o aparecer em um mundo comum. Chegando até aqui, podemos afirmar o papel decisivo da noção de mundo comum para a nova perspectiva que Arendt abre sobre a legitimidade do poder político. Dito isto, podemos perceber que Arendt irá assentar a categoria de poder sobre bases diferentes das propostas tradicionais. Para Arendt “... a política é a forma propriamente humana de instituição e manutenção do poder” (AGUIAR, 2003, p. 254), e com isso Arendt liga diretamente o poder à categoria do mundo comum. Tanto mais legítimo será o poder quanto mais for fonte de espaço público e quanto mais instituir a liberdade e a mútua responsabilidade de construção do mundo comum. Ligando o poder à ideia de mundo comum, Arendt aponta tanto para um caminho para a preservação deste espaço que é fundamental para o desenvolvimento do ser humano, quanto para uma forma profundamente eficaz de questionamento aos governos totalitários.

Considerações finais

Não é a toa que os regimes totalitários “... não se satisfazem em intimidar o indivíduo isolado, mas lançam mão também do terror sistemático para destruir todas as relações inter-humanas” (ARENDT, 2013, p. 222). Sem um *entre*, sem um espaço de compartilhamento da vida humana comum a todos em que todos possam *aparecer* e expressar o seu “*a-mim-me-parece* do mundo” o homem não pode se realizar na sua realidade de homem. Sem o mundo comum não há o *onde* que dá origem à liberdade. Os regimes totalitários também não se contentam em acabar com a liberdade individual de expressar opinião, mas buscam acabar com a possibilidade a ação concertada e da liberdade entendida como espontaneidade ou capacidade de iniciar com outros uma nova sequência. Deste modo o mundo comum não apenas se esgota, mas também perde sua capacidade de renovação e transformação.

O mundo de relações não surge da força nem do ímpeto do indivíduo, mas do coletivo (Cf. ARENDT, 2013, p. 222). Mas isto não implica uma visão coletivista, nem mesmo comunitarista, é preciso entender esta ideia a partir de equilíbrio entre o coletivo e o individual (entre a sociabilidade e a singularidade). O mundo comum não é fruto do indivíduo, pressupõe sempre uma relação, mas os indivíduos que fazem parte da relação não são “elementos” secundários deste mundo que surge entre eles. O mundo comum é o que permite a liberdade e a sustenta, a liberdade, por outro lado, alimenta o mundo comum e o faz revelar-se nos seus múltiplos lados, na medida em que cada um, em sua individualidade, é livre para ver e revelar a própria perspectiva que possui do mundo.

A partir da ideia de mundo comum Arendt aponta para um contexto em que todos e cada um são indispensáveis na sociedade, e de tal modo ninguém é descartável, e assim o totalitarismo e a sua pretensão da descartabilidade do ser humano perdem qualquer razoabilidade ou legitimidade. Sustentar e estimular a preservação do mundo comum é, pois, uma forma de manter-se continuamente resistente às pretensões totalitárias, mas é também uma forma de sustentar os espaços de contínua efetivação do ser humano em suas especificidades, preservando-o do processo da massificação, do isolamento ou da solidão.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Odílio Alves. A amizade como amor *mundi* em Hannah Arendt. In: *O que nos faz pensar*. Rio de Janeiro: n 28 pp. 131-144, dez. 2011a.

_____. A dimensão constituinte do poder em Arendt. In: *Trans/Form/Ação*. São Paulo: v. 34, n. 1, pp. 115-130, 2011ba.

_____. Juízo, Gosto e Legitimidade em Hannah Arendt. In: *Philósofos*, Goiás: vol. 08, n. 2, pp. 253-271, jul./dez. 2003.

_____. A tipificação do totalitarismo segundo. In: *dois pontos*. Curitiba, São Carlos: vol. 5, n. 2, pp.73-88, out. 2008.

ALMEIDA, V. S. de. Educação e liberdade em Hannah Arendt. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo: v.34, n.3, p. 465-479, set./dez. 2008.

ARENDDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *A Condição Humana*. Tradução Roberto Raposo. 11. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. *Diário Filosófico: 1950-1953*. Barcelona: Herder Editorial, 2006.

_____. *As Origens do Totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *A Promessa da Política*. Ed. 5. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

ARAÚJO SILVA, Ricardo George de. A dimensão cooriginária entre política e liberdade em Hannah Arendt. In: *Argumentos*. Fortaleza: n. 4, pp. 97-105, 2010.

JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NETO, Rodrigues Ribeiro Alves. Mundo e alienação na obra de Hannah Arendt. In: *Filosofia Unisinos*. São Leopoldo: v. 9, n. 3, pp. 243-257, set/dez 2008.

SILVA, Moisés Rodrigues da. O homem e a política em A condição humana. In: *Revista Estudos Filosóficos*. São João Del-Rei: nº 6, pp. 1-18, 2011.